

# Estudo de Caso do Comportamento de Crianças Acolhidas na Cidade de Cascavel, PR

## Case Study of Children's Behavior Sheltered in Cascavel City, PR State

Vinicius Reis de Siqueira<sup>a\*</sup>; Kathyen Adilana Vargas<sup>a</sup>; Paola de Medeiros<sup>a</sup>

<sup>a</sup>Faculdade de Ciências Aplicadas de Cascavel, PR, Brasil

\*E-mail: [vinicius.r.siqueira@anhanguera.com](mailto:vinicius.r.siqueira@anhanguera.com)

---

### Resumo

Os programas de Acolhimento Familiar, como alternativa ao abrigamento em instituições, são incorporados às políticas públicas municipais como medida de proteção e defesa ao direito a convivência familiar e comunitária. Esta pesquisa utiliza o método do estudo de caso e tem como objetivo verificar a existência de comportamento manipulativo em acolhidos através de entrevistas semi-estruturadas com os profissionais da rede que mantém contato com a amostra, e com a família acolhedora. O Estudo é relevante visto à possível conscientização de tal processo. Através da coleta de dados conclui-se que a amostra apresenta comportamento manipulativo. Considera-se que tais comportamentos podem ser resultantes do processo de transferência entre famílias acolhedoras.

**Palavras-chave:** Acolhimento Familiar. Teoria Geral de Sistemas. Políticas Públicas.

### Abstract

*The Foster Care programs as an alternative to institutionalization in institutions, are incorporated into municipal policy as a protection and defense of the right to family and community life. This research uses the case study method and aims at verifying the existence of manipulative behavior accepted through semi-structured interviews with professionals in the network that maintains contact with the sample, and the family that takes care of the child. The study is relevant as it is possible the awareness of such process. By collecting data it is concluded that there is manipulative behavior. It is considered that such conduct may be the result of the transfer process between host families.*

**Keywords:** Family Shelter. Systems General Systems. Public Policies.

---

## 1 Introdução

Essa pesquisa tem como objetivo analisar, através de um estudo de caso, se uma criança participante do programa Família Acolhedora, apresenta comportamento manipulativo a fim de obter benefícios próprios, sendo esta suposição baseada na Teoria Geral de Sistemas.

A pesquisa proposta justifica-se pela relevância da discussão e investigação da temática aqui explicitada, à medida que contribui com o aprofundamento teórico e reflexão acerca das políticas públicas assistenciais atuais referentes ao destino dado a crianças e adolescentes em situação de violação de direitos instituídos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - em questão o acolhimento familiar - e assim, verificar possíveis lacunas no sistema de acolhimento familiar, que possam estar influenciando de forma negativa no bom funcionamento do programa, proporcionando aos profissionais da rede da assistência, um espaço para repensarem suas atuações, facultando em maiores benefícios para todos os envolvidos nesse processo de acolhimento (BRASIL, 1994).

## 2 Desenvolvimento

### 2.1 O que é família e sua importância

Há pouco tempo atrás a família era definida como um modelo conjugal ou nuclear, constituído por marido, mulher

e seus filhos, formando assim um grupo doméstico. Porém, através de pesquisas demográficas, atualmente mostram modelos familiares distintos como famílias constituídas no modelo monoparentais e domicílios onde reside apenas uma pessoa (BRITO, 2005). A Constituição da República conceitua família, entre suas disposições como:

§ 3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§4º - Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (BRASIL, 1988).

A família é o primeiro grupo de referência para a criança e é vista como fonte de afeto e proteção. Quando a criança está inserida nesse ambiente familiar ela aprende a significar suas primeiras ações, internalizando signos e símbolos, estes têm função de organizar os pensamentos e auxiliar no desenvolvimento da criança aprendendo a cultura de acordo com a sua realidade social criando assim a sua identidade (VYGOTKY, 2001).

A família pode também ser compreendida a partir do olhar da Teoria Geral de Sistemas. Essa Teoria é considerada uma das grandes contribuições na criação de uma teoria unificada para compreender o comportamento humano (OSORIO, 2003). Ela foi desenvolvida nos anos 40 por Von

Bertalanffy. De acordo com o criador, a família pode ser vista como um sistema aberto e total, aberto, pois seus integrantes estabelecem relações extrafamiliares, num constante processo de troca de informação, energia e material, um sistema total considerando que as ações de um dos membros influenciam e são influenciados uns pelos outros (CALIL, 1987).

O pensamento básico da Teoria Geral de Sistemas é de que o membro doente ou sintomático apenas é um representante de alguma disfunção do sistema familiar. Esse sistema familiar possui regras que são responsáveis pelo comportamento semelhante dos membros de uma família, que tende a ser resistente as mudanças, mantendo tanto quanto possível os seus padrões de relação. Esse mecanismo responsável por evitar a mudança, buscando a omeostasia do sistema é chamado de retroalimentação negativa. Já a retroalimentação positiva se predispõe a mudança e leva o sistema familiar a transformação de seus padrões de transação. Tanto a estabilidade quanto a transformação são necessárias para a evolução dos sistemas (OSORIO, 2003).

A família pode também equilibrar-se em torno de padrões disfuncionais e resistir às mudanças mesmo quando necessárias para o desenvolvimento de seus membros, isso ocorre quando há dificuldade de se organizar um novo equilíbrio na família e é nos eventos marcantes que essa disfunção se revela (CALIL, 1987).

A família pode resistir às mudanças mesmo quando os direitos de seus próprios membros estão ameaçados. Portanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a centralidade da família, pois ela tem como dever garantir e promover os direitos de suas crianças e adolescentes, no caso das famílias em situação de vulnerabilidade social a família, como portadora dos direitos, deverá receber do Estado meios materiais para suprir as necessidades para poder cuidar e educar seus filhos já que o objetivo das políticas sociais é fornecer condições básicas de vida à população (MOREIRA, 2011).

Ainda de acordo com Moreira (2011) atualmente as políticas públicas que se focam na assistência a famílias em situação de vulnerabilidade social precisam contar com a participação das mães, já que na maioria dos casos as famílias monoparentais tem sido considerada em situação de vulnerabilidade tanto pela condição da pobreza, pois ela não conta com o provedor do sustento familiar e também por conta da fragilidade dos laços afetivos e de referência de autoridade. Nessas condições, muitas vezes, as crianças e adolescentes são submetidos a situações extremas que envolvem violência física, sexual e psicológica, tendo, muitas vezes que entrar precocemente no mercado de trabalho, algumas vezes em condições precárias, violando assim os seus direitos.

## 2.2 Institucionalização

A constituição brasileira reconhece a criança e o adolescente como sendo prioridade absoluta e com proteção integral. É função da sociedade e do estado designar recursos financeiros, estes que dependem da disponibilidade dos

recursos do governo, bem como feitos que possam garantir a crianças e adolescentes, em situação de risco e vulnerabilidade, o acesso aos seus direitos. Surge então na década de 80 o termo “abrigo” sendo a medida de proteção utilizada quando a criança e/ou adolescente tem os seus direitos violados, nesse caso, a justificativa para a retirada das crianças e adolescentes de suas famílias tem relação a necessidade de protegê-los de seus familiares e garantir um desenvolvimento cognitivo e emocional saudável. Essas entidades, que podem ser públicas ou privadas, surgiram com o objetivo de promover seus direitos e o resgate da família, porém, para alguns autores essa medida viola alguns direitos, como o direito à convivência familiar e comunitária, como garante no Art. 4º do ECA (DIAS; SILVA, 2012).

Ainda segundo Dias e Silva (2012), por muitos anos no Brasil, quando as crianças e/ou adolescentes se encontravam em situação de vulnerabilidade, risco ou pobreza, as primeiras medidas tomadas eram afastar as crianças e adolescentes do convívio familiar. Para Weber (2000) existe também a situação do abandono, sendo que no Brasil o abandono está fortemente ligado a proibição do aborto legal, as “mães abandonantes” são, na sua maioria, as mães abandonadas pela sociedade, as mesmas que não possuem acesso a bens sócio-culturais.

Dias e Silva (2012) relatam que entre os séculos XIX e XX os filhos dos pobres eram assinalados como delinquentes ou abandonados, até que entre os séculos XVI e XVII surge um tratamento voltado a crianças e adolescentes, foi criado a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem estar do Menor) e da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, com o tema “internação como último recurso”, posteriormente houve outras críticas relacionadas as crianças e adolescentes e a prática da internação foi então, aos poucos, não sendo mais utilizada.

Com o objetivo de garantir essa convivência familiar e comunitária foi criado o sistema de “casas lares” que conta com famílias acolhedoras. Esse sistema tem como objetivo proporcionar um ambiente que ofereça proteção, criar vínculos com pais sociais, recebendo também visita de seus familiares periodicamente, podendo vir a contar também com uma equipe técnica, composta por psicopedagogos, psicólogos e assistentes sociais. O trabalho nessa entidade é realizado em grupos. Bittencourt (2009) considera, contudo, que viver em instituição não é bom para crianças ou adolescentes pois o atendimento é coletivo e despersonalizado, ocorrendo um afastamento da vivência em ambiente familiar e comunitário.

## 2.3 O programa Família Acolhedora

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (2005), o programa Família Acolhedora se configura como um serviço de proteção social especial de alta complexidade. Estes serviços garantem proteção integral com direito a moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário.

A princípio, é importante compreender o termo acolhimento familiar como uma prática de acolhimento. É um exercício antigo e realizado por diversas sociedades com características semelhantes. O acolhimento é uma modalidade de atendimento voltada para atender crianças e adolescente que por alguma circunstância foram retirados do convívio familiar por algum motivo específico, de modo provisório, deste modo a criança ou adolescente é inserido em outra família. Esta família é preparada e acompanhada como elemento de uma proposta de política pública. A proposta do acolhimento surgiu pela necessidade de impedir a condução de crianças e adolescentes para instituições (RIZZINI *et al.* 2006).

Ainda segundo Rizzini *et al.* (2006) essa questão vem sendo abordada de forma metódica, a partir da experiência realizada na cidade do Rio de Janeiro com o programa “Família Acolhedora”, os debates realizados por algumas entidades como Projeto Sapeca e Programa de Apoio e experiências em outros países como Estados Unidos, Inglaterra, França e Argentina tem proporcionado aprofundamento do tema. No Brasil as experiências têm priorizado a importância de manter os vínculos familiares.

#### 2.4 Acolhimento familiar X acolhimento institucional

A questão do acolhimento familiar parte do pressuposto de garantir o direito a convivência familiar e comunitária a crianças e adolescentes destacando que a prática de institucionalização viola este direito (BITTENCOURT, 2009).

A família acolhedora busca romper com o encaminhamento dos menores para os abrigos, onde seriam tratados como um todo, respeitando a individualidade dessas crianças e adolescentes, dando atenção particular e especial para a resolução de cada problemática (COSTA, 2009).

Os serviços de atenção à criança e ao adolescente partem do princípio de que a institucionalização traz maior estabilidade à criança do que sua permanência em lares negligenciados e conflituosos. Porém, historicamente a institucionalização tem produzido crianças analfabetas e sem perspectivas de vida autônoma (FRANÇA, 2006). A institucionalização gera uma grave fratura no processo de crescimento global das crianças, que crescem sem estabelecer laços afetivos familiares suficientemente fortes, duradouros e que sustentam o seu desenvolvimento (RIZINI; RIZINI, 2004).

A família acolhedora, mesmo que em caráter provisório, representa uma medida eficiente para evitar a penalização da criança, que de outra forma, seria confinada em uma instituição por tempo indeterminado (FRANÇA, 2006). O acolhimento familiar oferece à criança a oportunidade de viver com pessoas que lhe tragam segurança e estabilidade, além de trocas emotivas e afetivas que lhe permitam uma criação melhor (RIZINI; RIZINI, 2004).

O acolhimento domiciliar vem a ser uma alternativa de proteção a criança e ao adolescente que oferece condições mais adequadas ao seu desenvolvimento físico e mental,

garantindo com mais eficácia a preservação de sua identidade (FRANÇA, 2006).

Portanto, abrigar ou abrigamento difere de institucionalização ou institucionalizar, pois remete a uma idéia de uma proteção pontual e utilizada em casos extremos. O termo acolher ressalta essa noção, destacando a idéia de proteção e cuidado (RIZZINI, 2006).

#### 2.5 Perfil dos abrigados

As medidas de proteção a crianças e adolescentes são aplicáveis sempre que estes se encontrarem em situação de risco social e pessoal e não obtiverem por alguma razão, o direito a convivência familiar, de possuir uma casa, um lar, afeto e refúgio inteiramente assegurado pela família ou responsáveis pela sua guarda, cuidado e proteção. Tais crianças são advindas de famílias desestruturadas, nas quais os pais as expõem a situações de risco e/ou abandono (CINTRA, 2010).

No entanto a colocação de crianças muito pequenas em espaços institucionais pode causar danos tão sérios quanto a sua permanência em lares conflituosos. Há a necessidade de evitar, tanto quando possível, afastar crianças e adolescentes da família de origem. Considerando que a mãe é, nos primeiros anos de vida, a consciência e a personalidade da criança, quando não ocorre o estabelecimento desta relação com essa figura materna claramente definida, pode ocorrer um fracasso na construção desta personalidade. A criança institucionalizada prematuramente recebeu apenas auxílios limitados de agentes paliativos, mas nenhum deles proporcionando-lhe continuidade no tempo, que faz parte da essência da personalidade (FRANÇA, 2006).

Nesse processo de institucionalização, a criança passa por momentos de aceitação, revolta, vontade de voltar para casa. A criança identifica os pontos positivos da medida de proteção, seja em instituição ou em família, reconhece os recursos que lhe são proporcionados, a satisfação de suas necessidades de sobrevivência, mas por outro lado lhe privam e a afastam da vida familiar para a qual a criança deseja voltar, assim o menor vive em uma situação antagônica, pois na família de origem possuía mais liberdade e menos limites impostos por pais ou responsáveis, porém vivia em situação de risco de integridade física e mental (ZEM-MASCARENHAS; DUPAS, 2001).

Essa ambivalência e oposição das crianças tem sido identificada como responsáveis pelo fracasso de algumas colocações em famílias acolhedoras, enquanto a família tende para o apego, a criança vive o abandono, idealizando os pais maltratantes, o menor repete as relações de vínculo que vivenciou, resistindo à transformação (MARTINS, 2005).

Por isso é de grande importância que os profissionais que trabalham com proteção infantil recebam uma formação especializada, sendo igualmente importante a prevenção das mudanças da criança entre famílias acolhedoras. A falta de eficiência dos técnicos pode comprometer o sucesso do acolhimento, prejudicando o envolvimento das famílias e a adesão das crianças.

### 3 Estudo de Caso

O estudo de caso foi realizado com a criança, aqui denominada K. do sexo feminino, a qual possui oito anos de idade. A referida criança está acolhida desde 2011, passou por seis famílias acolhedoras e duas tentativas de adoção.

Além da criança, foram entrevistadas duas famílias acolhedoras, uma denominada L. e M. e outra chamada de D., uma psicóloga que atua no programa, designada F e de e outra psicóloga, aqui chamada de P. que atendia K. voluntariamente.

O método utilizado para a coleta de dados foi entrevista semiestruturada, observação sistemática, com a criança acolhida, profissionais envolvidos com a mesma e família acolhedora. A análise foi do tipo qualitativa, a partir dos dados coletados.

A fim de alcançar os objetivos propostos, em um primeiro momento foi estabelecido contato com um profissional do programa Família Acolhedora de Cascavel-PR, com o propósito de receber dele a autorização para realização da pesquisa. A partir disto realizou-se a entrevista com os pais acolhedores atuais da criança, recebendo destes a autorização para entrevista com a criança acolhida, que foi entrevistada em seguida. Após este momento foram entrevistadas duas psicólogas que atenderam a criança, uma, profissional do programa Família Acolhedora e outra que atendeu em sua clínica particular de modo voluntário. Também se realizou a prática de entrevista com uma mãe acolhedora que obteve um contato considerado relevante com a amostra. Os dados coletados foram registrados no diário de campo. Sendo que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética.

#### 3.1 Discussão

A criança passou por aproximadamente oito acolhimentos em um período de em média três anos, sendo realizadas duas entrevistas com as duas últimas famílias que a criança passou, devendo ser notado que K. havia evadido a alguns dias da última casa, sendo acolhida em uma nona família acolhedora.

No contato com as duas famílias acolhedoras de K., ambas relataram situações diferentes que levaram a retirada de K. de suas casas, todavia a criança apresentava comportamentos semelhantes com ambas as famílias. Em uma das situações, que aconteceu na casa da dona D., a mesma relatou que a criança contou que havia encontrado um tio seu na rua e ele teria “obrigado” de modo agressivo ela a revelar o local em que estava residindo, lembrando que o local em que a criança permanece deve ser sigiloso já que ela é destituída de sua família por medida de segurança, após esse episódio Dona D. por prevenção entrou em contato com o programa que retirou a K. da família acolhedora e lhe encaminhou para outra família. Segundo P., psicóloga particular, a criança relatou em um dos atendimentos que estava sendo agredida na casa, situação que chegou ao juiz que por não poder comprovar que a agressão realmente ocorreu optou pela retirada da criança da família.

Em outra situação, a acolhida criou uma história em que o pai acolhedor mencionou palavras ofensivas sobre a mãe acolhedora, possivelmente com o objetivo de criar um

conflito entre ambos, L. então conseguiu resolver a situação conversando com K. Nessa situação podemos ver claramente a Teoria Geral dos Sistemas, que postula que as ações de um dos membros do sistema familiar, influenciam e são influenciados uns pelos outros (CALIL, 1987).

Nessa mesma residência K., que toma remédio de uso contínuo, teria dito a M. que havia tomado o remédio, quando a M. questionou se ela havia mesmo ingerido o medicamento, ela disse que não e por um tempo continuou com esse comportamento de dizer que sim e que não em seguida, rindo em tom de brincadeira. M. ficou irritada com a situação, disse a K. que iria devolvê-la ao programa, K. não hesitou em arrumar suas coisas, dizendo que gostaria de ir. Esta situação foi o estopim para que o acolhimento fosse encerrado.

Situação semelhante à descrita anteriormente ocorreu em uma família pela qual K. passou. Segundo as técnicas de referência, a criança criou uma situação em que simulou que se jogaria do prédio onde residia com a família. Nessa situação, a polícia foi mobilizada para conter a situação. Segundo relatos da própria criança, ela causou essa situação, pois queria uma boneca que viu no Shopping e a mãe acolhedora não comprou. A criança ainda relatou que a mãe havia deixado ela de castigo no quarto, trancada e que ela jogou um objeto em cima dela, o que não foi comprovado. Após essa situação a referida família entregou a criança ao programa novamente.

É possível analisar através desses relatos que a criança desenvolveu mecanismos necessários para ser retirada das casas que não gostaria de permanecer. A única casa em que a própria K. relata que gostaria de voltar, já que ela não pode retornar à família de origem, é a da dona D. A partir dos relatos da acolhida é possível concluir que este era um local em que ela conseguia manipular a mãe acolhedora. Um fato que corrobora com a hipótese, é que K. expressa gostar de voz calma, preferência esta que pode estar relacionada ao fato de essa voz calma ter significação de submissão, enquanto voz alta remete à autoridade. No decorrer da entrevista com D. foi possível notar sua voz baixa e lenta, remetendo à passividade.

Em entrevista com a criança foi possível observar aspectos relevantes no comportamento da acolhida. No início da entrevista a criança se mostrou tímida sem falar muito, porém após algum tempo agiu de forma mais espontânea. Relatou sobre o acontecimento na família em que houve a necessidade de intervenção policial (como relatado anteriormente), e que nessa situação ela relatou ter sofrido agressões por parte da mãe acolhedora. K. disse que apenas queria um brinquedo e a mãe acolhedora a colocou de castigo somente por esse motivo, então, segundo ela, ela se desesperou pois foi tirada de perto da irmã, então gritou para que a irmã fosse para perto dela e seria por isso que foi acionada a polícia. Através de seu discurso foi possível observar que ela busca uma certa “vitimização” para que as pessoas sintam pena dela. Araújo (2007), analisa esse comportamento como uma forma de assumir um papel social que traz benefícios secundários ao indivíduo que se passa



como “vítima”. Várias vezes em seu relato ela fala de sua família e que sente saudade. K. reitera frequentemente seu desejo de voltar a residir na casa da dona D.

A partir do relato de dona D. e da psicóloga P. foi possível observar que o comportamento de K. com sua irmã R. era violento. Segundo dona D. a K. batia em sua irmã, comentando sobre uma situação em que K. bateu a cabeça de sua irmã na parede e saiu sangue. É possível observar também que K. tinha a necessidade de minimizar a presença de sua irmã. Outro comportamento frequente de K. era o de tentar induzir o comportamento da irmã, para ela agir da forma que K. gostaria, sendo que em muitas situações K. colocava a culpa de seus comportamentos negativos na irmã para que ela fosse culpada por seus atos e ela saísse ilesa.

Através da entrevista com os participantes, todos descrevem K. como uma criança afetiva e carinhosa, sendo que três dos quatro entrevistados levantam a possibilidade de que estas expressões de sentimentos podem ter como objetivo criar vínculos afetivos, sem que necessariamente tais sentimentos fossem reais. Para Magalhães *et al.* (2011), a criança institucionalizada convive com diversas pessoas bem como com vivências diferentes das que continha em seu ambiente de origem, isso faz com que essa criança apresente um comportamento mais inflexível no que se diz respeito a alteração de ambiente, podendo ser hipotetizado, que parte dos comportamentos que K. emite, pode ser uma forma que esta aprendeu a se comportar de modo a conquistar benefícios através da relação com diversas famílias acolhedoras.

Outra possível situação que pode vir a exemplificar a ideia levantada no parágrafo anterior, é de que K. expressa afetividade após incidentes considerados inaceitáveis, na tentativa de anular o julgamento social sobre esses atos.

Todos os adultos entrevistados relataram que a criança é inteligente, mas em algumas situações se comportava de maneira infantilizada, possivelmente como um mecanismo de defesa da regressão que para Volpi (2008) esse mecanismo oferece o alívio da ansiedade, pois esquivam dos pensamentos realísticos para retornar comportamentos que há algum tempo proporcionaram a redução da ansiedade.

#### 4 Conclusão

Através das informações coletadas com os entrevistados pode-se levantar a hipótese de que grande parte dos comportamentos inadequados e/ou manipulativos emitidos por K. podem ser compreendidos através da teoria geral de sistemas, como comportamentos adaptativos ou funcionais dentro desse sistema de acolhimento familiar, ou como resultantes do processo de transferência da criança dentro do referido sistema.

A partir da suposição levantada pela conclusão da pesquisa sugere-se a necessidade de que haja um treinamento/aperfeiçoamento junto aos profissionais que atuam dentro desse sistema a fim de evitar a referida transferência entre famílias acolhedoras, salvaguardando os aspectos positivos

do acolhimento familiar.

Deve ser considerado que este é um estudo de caso exploratório sobre o tema, sugerindo-se futuras pesquisas com um número maior de acolhidos e por um tempo mais extenso, a fim de corroborar as conclusões alcançadas a partir desta pesquisa.

#### Referências

- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Índice elaborado por Edson Seda. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1994.
- BITTENCOURT, I. *Acolhimento familiar no Brasil: uma proposta em construção*. In: COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE ACOLHIMENTO FAMILIAR, 2, Campinas, 2009.
- BRITO, L. Família e parentesco: direito e antropologia, *Rev. Discente Direito GV*, v.1, p.92, 2005.
- CALIL, V.L.L. *Terapia familiar e de casal*. São Paulo: Summus, 1987.
- CINTRA, A.; SOUZA, M. Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento. *Rev. Mal-Estar Subjet.*, v.5, p. 833-835, 2010.
- COSTA, N.R.A.; ROSSETTI-FERREIRA, M.C. Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. *Psicol. Reflex. Crit.*, v.22, n.1, p.111-118, 2009.
- DIAS, S.L.M.; SILVA, S.B.R. O histórico de institucionalização de crianças e adolescentes. *Rev. Tuiuti Ciênc.Cult.*, v.45, p.188-190, 2012.
- FRANÇA, M. *Famílias acolhedoras: preservando a convivência familiar e comunitária*. São Paulo: Veras, 2006.
- MAGALHÃES, C. *et al.* Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada. *Rev. Bras. Cresc. Desenvol. Humano*, v.21, n.3, p.831-834, 2011.
- MARTINS, P.C. *O acolhimento familiar como resposta de proteção à criança sem suporte familiar adequado*. Brasília: Instituto de Reinserção Social- Ministério da Justiça, 2005.
- MOREIRA, M. *et al.* A família contemporânea brasileira em contexto de fragilidade social e os novos direitos das crianças: desafios éticos. *Psicol. Rev.*, v.17, p.180-183, 2011.
- OSORIO, L.C. *Psicologia grupal: uma nova disciplina para o advento de uma era*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- PNAS - Política Nacional de Assistência Social - 2004; NOB - Norma Operacional Básica. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.
- RIZZINI, I. *et al.* *Acolhendo crianças e adolescentes*. São Paulo: Cortez, 2006.
- RIZINI, I.; RIZINI, I. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. São Paulo: Loyola, 2004.
- VOLPI, J.H. *Mecanismos de defesa*. Artigo do curso de especialização em Psicologia Corporal. Curitiba: Centro Reichiano, 2008.
- VYGOTSKY, L. *Psicologia pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- WEBER, L. Os filhos de ninguém: abandono e institucionalização de crianças no Brasil. *Rev. Conjunt. Soc.*, v.4, P.36, 2000.
- ZEM-MASCARENHAS, S.H.; DUPAS, G. Conhecendo a experiência de crianças institucionalizadas. *Rev. Esc. Enferm. USP*, v.35, n.4, p.413-419, 2001.